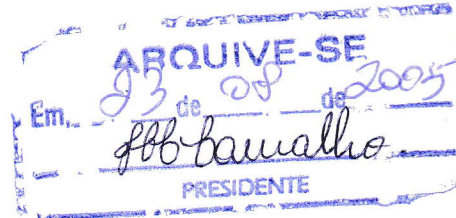


Aut. 0761/2005  
Proj. 0121/2005  
Carvalho



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**GABINETE DO PREFEITO**



**LEI Nº 4.283**

**De 22 de junho de 2005.**

**INSTITUI O PROGRAMA DE  
PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO  
SONORA NOS EQUIPAMENTOS  
PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO E  
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**, faço saber que a  
Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

**LEI**

**Art. 1º** - Fica instituído o Programa de Prevenção da Poluição Sonora nos Equipamentos Públicos de Educação e Assistência Social, com o objetivo de desenvolver ações de prevenção e diminuição da produção de poluição sonora em equipamentos públicos municipais.

**Art. 2º** - As ações pertinentes ao Programa de Prevenção da Poluição Sonora devem ser desenvolvidas por equipe interdisciplinar.

**Art. 3º** - São atribuições do Programa de Prevenção de Ruídos:

I - Identificar os níveis de poluição sonora existentes, nos diversos espaços e equipamentos sociais, em diferentes situações e momentos;

II - Realizar trabalho educativo sobre os efeitos da poluição sonora na saúde de professores, servidores, crianças e adolescentes;

III - Garantir ações de identificações de perdas auditivas em crianças e adolescentes;



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**GABINETE DO PREFEITO**

IV - Garantir ações de identificação de problemas de saúde vocal em servidores;

V - Apontar e aplicar medidas para diminuir a poluição sonora nas escolas e equipamentos sociais;

**Art. 4º** - Fica assegurada a assistência integral às crianças, aos adolescentes e aos servidores portadores de problemas de saúde auditiva, vocal ou mental, decorrentes do excesso da poluição sonora.

**Art. 5º** - Os projetos de localização de futuras escolas e equipamentos sociais municipais deverão observar o nível da poluição sonora existente no local, evitando-se a construção em locais de poluição sonora intenso, como rodovias, aeroportos, ruas movimentadas ou terminais de ônibus.

**Art. 6º** - Os projetos de construção de escolas e equipamentos sociais municipais deverão observar princípios arquitetônicos e recursos de isolamento acústico que reduzem o nível de poluição sonora em seu interior.

**Parágrafo único** - Na construção ou reforma das escolas e equipamentos sociais, deverão ser utilizados, preferencialmente, materiais com alto poder de isolamento.

**Art. 7º** - A reforma de unidades escolares e equipamentos sociais deverão ser realizados, preferencialmente, nos meses de férias ou recessos escolares.

**Art. 8º** - Fica garantida a participação de técnicos dos Conselhos Regionais de Categorias Profissionais, das Associações, de Institutos de Pesquisa e Instituições Universitárias de Ensino das áreas relacionadas na definição das normas de execução deste Programa.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 9º** - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**Art. 10** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 11** – Revogam-se as disposições em contrário

**VENEZIANO VITAL DO REGO SEGUNDO NETO**

**Prefeito**